

-----**ATA NÚMERO 41/2013**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM CATORZE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E  
TREZE.**-----

-----Aos catorze dias do mês de novembro do ano dois mil e treze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Dra. Maria Filipa Trindade Jardim Fernandes, e os Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Paulo Alexandre de Atougua Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dr. Gil da Silva Canha, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Enf. José Edgar Marques da Silva, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade, Eng. João José Nascimento Rodrigues e Dra. Idalina Perestrelo Luis. A secretariar esteve presente o Dr. Ilídio Américo Silva, diretor do Departamento de Contratação Pública.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

----- - Usando a palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, suscitou o problema da droga na Região, referindo que o consumo e tráfico na cidade constituem um problema social. Identificou zonas específicas, onde se pode encontrar seringas, limões e outros produtos utilizados na preparação da “dose”. As zonas do Largo da Força e a descida para a praia do Toco, principalmente esta última, são locais de consumo. Em parques do município, com relevância para o “autossilo 2000”, consta haver tráfico, consumo e até prostituição, em especial no último andar. Entende que o Município pode ter um papel mais ativo em ambas as situações, procurando ir assim ao encontro dos residentes que se confrontam no dia-a-dia com situações indesejáveis, junto às suas portas e na presença dos seus familiares, alguns menores. Sugeriu a notificação aos proprietários dos prédios devolutos, identificados como locais de consumo, para procederem à sua vedação impedindo o acesso, e que a Câmara venha a substituir-se aos proprietários não cumpridores, procedendo previamente, aos trâmites processuais que estas intervenções em imóveis privados obrigam.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, interveio acrescentando que na zona do Toco, regista-se também problemas de segurança.-----

----- - O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, sobre este assunto, relevou o trabalho social feito pelos técnicos da Câmara nos bairros sociais, trabalho muitas vezes sem mediatismos, mas

que está feito. Disse que mais do que um problema de polícia, a Câmara terá de atender à situação económica e social que potenciam estas situações. Concluiu dizendo que o Funchal tem pouca intervenção de proximidade na área da saúde pública.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador do Pelouro, Edgar Silva, disse que é do conhecimento de todos a existência dos problemas de droga e o Funchal não é exceção. Nunca houve uma solução efetiva para este drama. Entende que a prioridade passa pela educação. É necessário isolar espaços para impedir ou condicionar o consumo, mas a aposta ainda deverá ser a da prevenção. A verdade é que a atual crise económica fez disparar os índices de desagregação familiar. As famílias, além dos problemas sociais, económicos e de habitabilidade, apresentam um aumento da conflitualidade entre os seus membros, que potenciam comportamentos desviantes aos quais é preciso ocorrer pela via da educação para a cidadania, intervindo-se desde muito cedo nas escolas, apostando mais na intervenção dos serviços sociais do Município ao nível da educação e da ação social, com programas concretos e orientados para estas áreas de emergência e urgência social; o diagnóstico social é essencial assim como a definição de planos de intervenção. A verdade é que a atual atribuição de habitação social é muitas vezes complicada pela existência de uma grave conflitualidade entre membros do mesmo agregado familiar, e a toxicodependência um problema bem patente. -----

----- - Intervindo o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel

Rodrigues, distinguiu o consumo do tráfico, elegendo este último como o mais problemático de combater. Apontou o facto de a Madeira não ter uma unidade terapêutica. Relevou que a sensibilização aos jovens tem sido um trabalho bem feito e que as situações mais complicadas de consumo deverão levar em conta a recuperação dessas pessoas.-----

----- - Intervindo de novo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, referiu que há trabalho feito pela Câmara na área da droga, em diversas frentes. O que se pode fazer de imediato é procurar resolver quer seja o tráfico, quer seja o consumo, e que o mesmo não se faça junto às habitações com as famílias a ficarem condicionadas, e em contínua atenção aos seus filhos que também são confrontados com essa realidade. A Câmara pode atuar, como já referido, obrigando os proprietários a fechar o acesso aos edifícios abandonados, ou a substituir-se na falta de resposta.-----

----- - O Senhor Presidente interveio, partilhando da opinião que se deve atacar este problema pela prevenção e o apoio de quem é vítima. No entanto reconhece ser um trabalho que não tem fim à vista.-----

---No que respeita ao parque do “Edifício 2000”, ainda não teve oportunidade de inteirar-se da sua segurança, designadamente do que foi agora referido pelos Senhores Vereadores. -----

-----Continuando no uso da palavra, o Senhor Presidente aproveitou para informar o executivo que a PSP esteve na Câmara, identificou e notificou os seguranças/vigilantes ao serviço da

empresa ESABE que, como é do conhecimento, é a empresa que ganhou o concurso público aberto para esse efeito. Assim, ficaram estes impedidos de prestar o serviço e a Câmara de o receber, incorrendo em crime de desobediência pelo não acatamento quer os funcionários da ESABE, quer o próprio presidente da Câmara, como representante desta.-----

---Foram tomadas medidas urgentes para procurar minimizar o impacto agora criado, através dos funcionários camarários e com recurso a uma empresa de vigilância/segurança, para as situações em que não podem os funcionários atuar.-----

---Informou ainda que a Câmara irá reavaliar as suas necessidades de vigilância e abrir um concurso público. -----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, pediu a palavra para contraditar a notícia do DN (Madeira) de que a Vereação anterior tinha conhecimento da falência da ESABE. O que sabia é que havia sido pedido a cessão da posição contratual, que não veio a ser aceite por deliberação da Câmara.-----

----- - O Senhor Presidente tomou a palavra para esclarecer que a referência “ao conhecimento” tem a ver com o facto de se saber que a empresa em Portugal poderia ter problemas, atendendo a que a empresa mãe em Espanha também está com dificuldades. -----

----- - Em seguida, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, pediu a palavra para elencar algumas questões, designadamente: que a Câmara reforce no orçamento as verbas para recuperação dos bairros mais degradados; que a sinalética

dos Centros Históricos deve merecer outra atenção, porque o que lá está (placas de ferro corroídas) não é o apropriado; que na Rua João Paulo II há uma passadeira muito em cima e à saída da curva, que obriga os condutores a travagens bruscas; que os cidadãos que cuidam dos jardins nos bairros vão muitas vezes buscar água a casa, sugerindo que se poderia fazer como já foi prática anterior de cedência de água para esses fins; que o trânsito no Centro do Monte representa um perigo eminente na zona de saída dos carreiros, onde é frequente travagem bruscas dos veículos motorizados, imperando uma certa desordem que pode provocar acidentes, preocupação dos próprios carreiros. Sugeri que se estude uma forma de minorar estas situações, por exemplo com alteração em sede do trânsito.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, referindo-se ao problema do trânsito, trazido pelo Senhor Vereador do CDS/PP, no Centro do Monte, disse que a Câmara fizera um estudo antes, tendo alterado sentidos de circulação. A solução passa, contudo, por ir alterando de acordo com as circunstâncias do momento e com as necessidades que vão aparecendo, compatibilizando por exemplo com o horário de estadia dos cruzeiros, que são os principais utilizadores dos carros de cesto. O encerramento da estrada teria de ser apenas em determinadas horas, porque é necessário estar aberta atendendo ao Colégio ali existente.-----

----- - Usando em seguida da palavra, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, deu conta que há problemas associados ao

fornecimento de água para os jardins, que são desviados para lavagens de carros, inclusive com recurso, em alguns casos, às próprias bocas-de-incêndio. A resposta poderá passar por responsabilizar os munícipes do bairro respetivo, e ou pela gestão e promoção de associações nos bairros sociais.-----

---Terminou referindo-se ao período de funcionamento do parque de estacionamento em São Martinho, o qual é gerido pela Junta de Freguesia, cujo horário não parece ser o adequado.-----

----- - A Senhora Vereadora do Pelouro, Idalina Luis, interveio para informar que a Junta de Freguesia está a procurar dar resposta aos utentes.-----

----- - Pedindo a palavra, o Senhor Vereador Paulo Atougua, do PSD, disse que é muito difícil promover a associação de moradores nos bairros sociais, dando como exemplo os condomínios. Referiu que é na área do desporto que ainda se consegue fazer alguma coisa.-----

----- - O Senhor Presidente referiu que a questão do fornecimento de água para os jardins dos bairros sociais faz sentido, contribuindo para a sua melhoria, mas com responsabilização de quem faz uso. -----

---Relativamente à passadeira na Rua João Paulo II, o que está em causa, ali, é a proteção do peão. Se a passadeira fosse colocada mais distante as pessoas iriam continuar a passar, e por isso a necessidade de proteção do peão. Do mesmo modo há iguais preocupações em outros pontos do concelho, como no caso da

passadeira à saída da rotunda na Quinta do Esmeraldo, em direção ao bairro de Santo Amaro.-----

----- - Retomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referindo-se ao orçamento participativo disse que não haverá condições para avançar com o mesmo, em toda a sua plenitude. No entanto, há medidas que devem ser tomadas, como abrir uma janela no Site da Câmara, para permitir que os munícipes participem, bem como as diversas ordens profissionais e agentes culturais poderem intervir, pronunciando-se nas áreas para que estão mais vocacionadas, contribuindo com os seus conhecimentos, e igualmente promover pelo menos um debate aberto com os parceiros sociais, agentes culturais, ordens profissionais, universidade e técnicos de reconhecida competência.-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Presidente fez saber que há que distinguir a participação dos cidadãos e orçamento participativo. O orçamento participativo é definir uma fatia do orçamento para que as pessoas venham dizer o que querem fazer e ou a ser feito com esse dinheiro. Concluiu dizendo que a Câmara terá esse orçamento.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, no uso da palavra, disse que a Câmara está, nesta altura, a elaborar o orçamento. Informou que já fora pedido por ofício para os Senhores Vereadores se pronunciarem.-----

---“Deparamo-nos com muitas atividades que eram feitas como

colaboração em vez de apoio financeiro. A Câmara está a criar centros de custo, para melhor identificar o que são despesas correntes. Foi constatado que da relação despesas/receitas, não há muita margem para investimentos”, referiu.-----

----- - Na sequência desta questão, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, pediu que lhe fosse informado quais as candidaturas que a autarquia tem no IDR, quais as obras programadas e o andamento da aplicação da Lei de Meios no concelho do Funchal.-----

---Concluindo a sua intervenção, referiu que a problemática da habitação está a agravar-se, e tendo a Câmara um parque habitacional considerável e uma empresa municipal que o gere, gostaria que lhe fosse informado quais as necessidades de habitação no Concelho, que carência e que taxa de utilização há nos bairros e que perspetivas para a resolução deste grave problema, nomeadamente em articulação com o IHM e o IHRU.-----

----- - A concluir este período de intervenções, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, pediu a palavra para manifestar a sua congratulação pelo facto da Região ter disponível, a partir de hoje, um combustível amigo do ambiente e, por outro lado, sentirmo-nos menos insulares na perspetiva que temos um produto que antes só havia em Portugal Continental.-----

**EMPRESAS MUNICIPAIS:**-----

----- - **Frente MarFunchal – Gestão e Exploração de Espaços Públicos Urbanos do Funchal, E.M. – Designação de**

**Representante do Município na Assembleia Geral:** - Foi

unanimemente aprovada a seguinte deliberação:-----

---“Considerando que: O regime jurídico da atividade empresarial local e das participações sociais, aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as Empresas Locais dispõem, obrigatoriamente, de uma Assembleia Geral; Em conformidade com o disposto no nº 2, do artigo 26º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e na alínea oo) do nº 1 do artigo 33º, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal designar o representante do Município na assembleia geral das empresas locais. A Câmara Municipal do Funchal delibera, em cumprimento dos normativos acima referidos e ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 7º dos Estatutos da “Frente MarFunchal – Gestão e Exploração de Espaços Públicos e de Estacionamentos Públicos Urbanos do Funchal E.M.”, designar como representante do Município do Funchal na Assembleia Geral desta empresa local, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo Luís. A Senhora Vereadora ora designada não auferirá qualquer remuneração pelo exercício das respetivas funções”.-----

***FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO PARA O ANO 2014 –***

***Abertura de procedimento:*** - A fim de fazer face a eventuais dificuldades de Tesouraria, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a proposta subscrita pela Senhora Vice-Presidente, autorizar a abertura do procedimento para o financiamento de

curto prazo para o ano de dois mil e catorze, no montante de três milhões e meio de euros (3,5 M €), bem como a constituição do júri de análise das respetivas propostas.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 - EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL:**-----

----- - **Associação Internacional das Cidades Educadoras/Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras – Processo de Adesão/Candidatura:** – O Senhor Vereador do Pelouro, Edgar Silva, expôs os motivos da candidatura, no sentido de que se promove a igualdade de acesso de todos os cidadãos à educação nos seus processos formais e informais, assim como é a própria cidade a tomar a iniciativa de apresentar programas e projetos de formação e educação, que promovem a cidadania, prevenindo-se até muitas vezes situações de crise social, como anteriormente falado, sobre o problema da droga e da toxicodependência. Julga ser do conhecimento geral a filosofia das “Cidades Educadoras”, os seus princípios, nomeadamente “o direito a todos os habitantes a desfrutar em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece”. Informou que, a inscrição tem um valor de €715,00 (setecentos e quinze euros), quota anual, que será efetuada no fim de dezembro respeitante à quota de dois mil e catorze, não fazendo sentido formalizar agora a candidatura e

pagar a de dois mil e treze.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse que são inúmeras as associações, umas sectoriais, outras temáticas e muitas com informação em rede.-----

---O Município aderiu a algumas associações, com o cuidado exigido de ligar-se apenas às que trouxessem mais-valias económicas e sociais para a cidade. O exemplo que referiu foi “o Civitas” que contribuiu com um milhão de Euros para o Município. “Porque hoje temos associações para tudo, entendo que a adesão deverá ponderar se o custo/benefício é relevante. Vamos aguardar para ver neste caso concreto essa relação de custo/benefício/mais-valia desta adesão”, afirmou.-----

----- - O Senhor Presidente, usando a palavra, disse acreditar que é uma boa decisão por ser uma associação com muitas cidades aderentes. Os conhecimentos que daqui resultam levam a que o Município adira, porque vai beneficiar e aproveitar todo o trabalho e experiência feitas.-----

----- - Pedindo a palavra, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, deu o seu apoio à proposta de adesão, por entender que é preciso fazer opções e esta parece-lhe uma boa aposta. Lembrou que a Câmara chegou a aprovar a adesão a associações como a “rede de cidades saudáveis” mas que ficou sem efetiva concretização, além de outras que não se recorda e não foram em frente.-----

--- - Após a respetiva apreciação, a Câmara deliberou, por

unanimidade, aprovar a adesão do Município do Funchal à Associação Internacional das Cidades Educadoras.-----

----- - **Proposta de Regulamento de ajuda a pequenas reparações no domicílio a seniores carenciados – Programa**

**“CÂMARA À PORTA”**: - O Senhor Vereador Edgar Silva, do Pelouro, fez a apresentação da proposta de Regulamento referindo os seus motivos e objetivos, bem como do universo de munícipes que potencialmente serão abrangidos pela medida.-----

----- - O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, usou da palavra, para referir que o projeto sofreu algumas alterações, mas mesmo assim ainda não é claro. Que se deverá fixar os objetivos e determinar o seu universo. Em sua opinião, não parece justo que um casal em que um dos cônjuges tem idade para beneficiar, mas o outro não porque tem por exemplo 64 anos, fique impedido do benefício. Opinou que, o projeto está muito restritivo, além de limitar pelo rendimento, também condiciona pela idade.----

----- - A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, da análise que faz ao projeto de Regulamento, considera-o também muito redutor e limitativo, tendo exemplificado algumas possíveis situações, nomeadamente: uma pessoa com sessenta e cinco anos de idade ou mais que resida com uma de sessenta e três ou sessenta e quatro anos de idade e desempregada, fica de fora; uma pessoa que resida com um parente muito mais jovem, mas que esteja em situação de dependência, fica de fora; um casal com sessenta e cinco anos de idade ou mais, que tenha ao seu cargo

um neto de dezasseis anos de idade, pelo facto dos pais terem falecido, emigrado ou a cumprir uma pena de prisão, fica de fora.--

----- - O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, disse que o seu critério, em função do valor, seria o do salário mínimo, o qual já é considerado de pobreza.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Presidente começou por dizer que, nesta fase, será a partir dos patamares dos mais necessitados, ou seja, mais baixos, que se deve começar. Com a continuação e o universo de munícipes abrangidos, que manifestarem aderir e beneficiar desta ajuda, a Câmara irá passar para outros menos carenciados, sendo agora os destinatários os mais desprotegidos e impossibilitados fisicamente de fazer certos serviços, tais como pessoas idosas, sem rendimentos e que não têm família ou alguém que preste pequenos trabalhos, como o comprar e mudar uma lâmpada, uma fechadura, etc.. Em função do resultado da aplicação do Regulamento, fará depois as alterações necessárias. Concluiu dizendo que a Câmara terá ainda a preocupação de não se sobrepor a outras associações que prestam apoios como é o caso da ADECOM e da ASA.-----

--- - Colocada à votação, a Câmara no cumprimento das atribuições e competências que lhes estão conferidas nas alíneas h), número dois do artigo vinte três, alínea v) do número um do artigo trinta e três, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, deliberou, por unanimidade, ao abrigo do estatuído na alínea k) do número um do artigo trinta e três e do

disposto na alínea g) do número um do artigo vinte cinco do mesmo diploma, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento em referência, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo (A).-----

**2 – HORÁRIO DE ESTABELECIMENTOS:-----**

----- - **Horário de encerramento dos estabelecimentos comerciais na Quadra Natalícia:** - Presente informação da Divisão de Fiscalização Municipal (I-8351/13), relativa ao assunto supracitado.-----

----- - O Senhor Vereador Gil Canha, do Pelouro, expôs os motivos que estão na fixação dos horários de encerramento dos estabelecimentos comerciais na Quadra Natalícia, sublinhando que antes era deixado ao critério dos comerciantes o poderem ou não abrir, sendo indicativo/facultativo o horário nesta época. Disse que a Câmara tinha também os sindicatos a pressionarem de que os trabalhadores eram explorados pelas entidades patronais durante o Natal. “A Câmara quis acabar com isso e pôr preto no branco em vez de “floreados” formalmente inócuos”, referiu.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, não concorda nem aceita alguns adjetivos como “floreados” dito pelo Senhor Vereador Gil Canha. Nunca foi posto em causa o horário indicativo, que constituía uma forte probabilidade do consumidor encontrar abertos os estabelecimentos. Relativamente aos trabalhadores referiu que “as relações de trabalho regem-se pela lei do Trabalho e

aí não intervimos. Mantemos que seria importante possibilitar estarem abertos os estabelecimentos comerciais, pelo que são os consumidores os únicos afetados com esta deliberação. Mas vamos dar o benefício da dúvida e nos abster na votação”, disse.-----

----- - O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, referiu que a Câmara não tem de mediar ou intervir nas relações entre sindicatos e trabalhadores. Concorda que deveria ter a natureza de horário indicativo deixando aos comerciantes a decisão de abrir ou não, nesses horários. Deverão, em sua opinião, ser as associações intervenientes a decidir. -----

----- - O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, comungou da opinião de que as associações comerciais terão de assumir as suas responsabilidades e os comerciantes deverão procurar cativar os consumidores. Lembrou que antes havia “concursos de montras” que levavam as pessoas a andar pela cidade e também a consumirem.-----

--- - Colocado à votação, foi deliberado, com os votos favoráveis da Coligação Mudança e do CDS/PP, e abstenção do PSD e CDU, aprovar, nos termos e com os fundamentos aduzidos na informação atrás citada, que sejam os proprietários/interessados a praticarem o horário dos estabelecimentos comerciais que lhes interesse adotar na Quadra Natalícia.-----

### **3 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:**-----

----- - **Mapa de trabalhos efetuados a aguardar requisição:** -

A Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, informou o

executivo dum conjunto de trabalhos executados e ainda não pagos, situação que só agora conhece e não pode assumir, tendo em conta as restrições legais. -----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, disse desconhecer a execução desses trabalhos e respetivas requisições.-

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse que havia competências delegadas e cada um as exercia no âmbito dessa delegação. Não pode por isso se pronunciar sobre o agora trazido à reunião.-----

----- - O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, pediu a palavra e sugeriu que fosse ouvido pela Senhora Vice-Presidente o Senhor Engenheiro Costa Neves, proposta que foi aceite.-----

----- - **Anulação de rendas em atraso:** - Presente proposta de deliberação para anulação de faturas referentes a rendas em dívida da Empresa SEP.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, deu conhecimento do pedido da SEP e a competência do órgão Executivo para a decisão. Disse que o assunto deveria ser do conhecimento do Senhor Vereador Bruno Pereira, por força do despacho que foi exarado pelo anterior Vereador Pedro Calado.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, referiu que, como consta do processo, as rendas estão faturadas e não pagas. --

---No “20 de fevereiro”, e nos dias que se lhe seguiram muitas das pessoas atingidas procuraram apoio da Câmara, sendo exemplo o

Mercado dos Lavradores, e no caso agora em discussão falou-se com as pessoas, ficou a intenção de uma solução, mas não se chegou a concretizar, pelo que deveriam ser pagas as rendas, sem prejuízo de uma solução compensatória apurado que fosse o seu fundamento legal. Defende que deve haver igualdade de tratamento com as soluções encontradas e dadas aos outros atingidos. Propôs que o processo seja retirado e remetido aos diversos serviços que possam contribuir para a tomada de decisão, solução que foi aceite por todos.-----

----- - **Anulação de juros de mora:** - (O documento agendado sob o número 243 foi retirado a fim de ser solicitado parecer jurídico).--

#### **4 – CULTURA E CRIATIVIDADE:**-----

----- - **Colocação de placa:** - (O processo agendado sob o número 244 foi retirado).-----

#### **5 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:**-----

----- - **Proposta de Resolução do PSD, Programa “Formação em Contexto Real de Trabalho”:** - A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, fez a apresentação da proposta, que abaixo se transcreve, e os motivos que a sustenta:-----

---“A Câmara Municipal do Funchal, em parceria com a ASA – Associação para o Desenvolvimento de Santo António, implementou em 2012 e 2013 o programa "Formação em Contexto Real de Trabalho". Este programa tem por objetivo proporcionar aos desempregados de longa duração, uma valorização profissional através de uma formação teórico-prática em contexto de trabalho

que lhes facilite a sua inserção ou reinserção profissional. No decorrer deste programa, os formandos têm direito a uma formação teórica no âmbito das Técnicas de Procura Ativa de Emprego, orientadas pelo Clube de Emprego da SocioHabitaFunchal e a 300 horas de Formação em Contexto Real de Trabalho, com a duração de 3 meses (na época do verão). Os colocados no âmbito do presente programa têm tido direito a um seguro de acidentes pessoais, às despesas de transporte público e uma bolsa de formação mensal. Neste sentido, os Vereadores do Partido Social Democrata na Câmara Municipal do Funchal, propõem que sejam tomadas as seguintes deliberações, atendendo que neste momento se ultima a preparação do Orçamento de 2014: Dar continuidade a este Programa; Acrescentar no Regulamento a criação de uma quota para as pessoas com deficiência; Se forem abertas 100 vagas 10%, se forem 200 vagas 5%.”.-----

---A Senhora Vereadora aproveitou ainda a ocasião para sugerir que, no âmbito do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e porque estamos a iniciar uma nova gestão camarária, fosse realizado um “Fórum de Reflexão” com as IPSS e Associações sem fins lucrativos que trabalhem em prol desta população, e com entidades governamentais das áreas da educação, segurança social, saúde e emprego, no sentido de, tendo em conta as competências da Autarquia, identificar medidas/ações que contribuam para melhorar as condições das pessoas com deficiência.-----

----- - O Senhor Presidente, no uso da palavra, reconhece ser importante as competências adquiridas, após a formação, e uma mais-valia que devem ser potenciadas, afirmando que a Câmara é favorável à criação de emprego e em sede de discussão do seu orçamento, pretende até alargar e receber contributos, não quaisquer genéricos mas cingindo-se a programas específicos. O contexto financeiro em que o município se encontra, tem de ser levado em conta, sabendo, todos, que a criação de emprego passa pelo crescimento económico.-----

---Contudo, e relativamente ao programa “Formação em Contexto Real de Trabalho”, disse que o voto seria contra porque a Vereação pretende desenvolver outro tipo de programas. Relativamente ao Fórum, fica a sugestão para a Vereação do pelouro da área social.--

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, propôs que se alterasse a natureza do documento, passando de Proposta de Resolução, para Recomendação ao executivo.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, pediu a palavra dizendo que não se opõe e aceita que seja tido como Recomendação, e que no futuro sejam abordadas as questões deste documento, porque o que interessa é que os fins sejam atingidos. -

--- - Assim, foi a proposta atrás descrita alterada para Proposta de Recomendação.-----

----- - **Proposta de Resolução do PSD, para consolidação de várias escarpas no Funchal:** - Foi presente a proposta do seguinte teor:-----

---“As vereações anteriores da CMF prestaram particular atenção às questões da segurança da população do Funchal, nomeadamente as que derivam de questões orográficas e geológicas e que podem originar, por exemplo, escorregamentos de vertentes, quedas de pedras ou outros materiais. Como política de prevenção, várias obras foram lançadas e executadas quer pelo orçamento municipal, quer quando foi possível, com comparticipação de outras fontes de financiamento (principalmente FEDER), conforme a seguir exemplificamos: Consolidação da Escarpa do Matadouro; Consolidação da Escarpa e Muro de Suporte no início do Caminho do Curral Velho; Consolidação das Escarpas no Caminho dos Lombos; Limpeza e trabalhos de consolidação das Escarpas Rua Dr. João Abel de Freitas (acima do Modelo/Continente); Limpeza da Escarpa na Comandante Camacho de Freitas (junto à padaria Socipamo), etc. Tendo um conhecimento aprofundado das condições orográficas e geológicas do nosso território, sabemos que esta problemática não pode ser resolvida num único ano orçamental. Contudo, importa continuar a desenvolver uma política de mitigação de riscos, quer por via de investimento em obras de engenharia complexa de consolidação, quer por via de uma monitorização rigorosa e permanente por parte dos serviços competentes. Esta questão coloca-se com particular acuidade numa dupla vertente pela existência de moradias em possíveis zonas de risco, bem como de vias de comunicação que possam ser afetadas. São bons exemplos destas

situações de risco os seguintes locais: Escarpa da Sá Carneiro; Escarpa da Levada dos Tornos; Escarpa da Comandante Camacho de Freitas, no troço que ladeia as margens da Ribeira de Santa Luzia, sítio da Fundoa; Escarpas nas margens da Ribeira de João Gomes, quer na Rua Dr. Pestana Júnior, quer na Rua D. Ernesto Sena de Oliveira; Escarpa da Rua Prof. Eleutério de Aguiar (vertente Curral Velho); etc. Por outro lado, a CMF tem já executados, com diversos níveis de maturidade, estudos e/ou projetos para grande maioria destes casos mais prementes. Neste sentido, os Vereadores do Partido Social Democrata na Câmara Municipal do Funchal propõem que sejam consideradas enquanto prioritárias no Orçamento de 2014 e respetivo Plano Plurianual de Investimento estas obras públicas, as quais são fundamentais para a segurança de pessoas e bens no nosso concelho, independentemente de poder alavancar as mesmas com fontes de financiamento externas (ex. Intervir +). Atendendo que estas execuções são muito dispendiosas, tornando-se impossível realizá-las todas num único ano orçamental, deverão as mesmas ser hierarquizadas tecnicamente pelos serviços competentes, procedendo-se naquelas que não forem incluídas em orçamento a uma rigorosa monitorização, bem como definir as respetivas formas de gestão de risco e de comunicação com a população”.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, Bruno, fez a exposição de motivos da proposta, referindo que a partir do “20 de fevereiro”, passou-se a dar uma maior atenção às escarpas e

taludes, que são situações que para quem não está sujeito às condições adversas resultantes das escarpas, passa mesmo despercebido ao comum dos cidadãos. Admite que não se pode fazer essas obras num ano, razão para que sejam hierarquizadas e feito um plano, sem esquecer uma monotorização continua. “A segurança das pessoas é fundamental para nós e isso justifica que estas obras sejam consideradas como prioritárias”, afirmou.-----

----- - Tomando a palavra, O Senhor Presidente disse ser verdade que a cidade tem problemas de segurança com as escarpas, devido à morfologia da Região, que é do conhecimento de todos. A proposta enumera um conjunto de obras de custos muito elevados e a Câmara não tem recursos financeiros nem capacidade para as executar. Contudo, a segurança das pessoas está em primeiro lugar e é uma preocupação do executivo.-----

---Enunciar as situações deve ser entendido como indicativo, até porque podem surgir outros casos, uma vez que as obras agora enumeradas não pretende ser exaustiva. Contudo, o Governo Regional também deveria ter uma intervenção diferente da que está a ter, designadamente nas ribeiras, procurando outras respostas mais urgentes como para as aqui apresentadas, (escarpas e taludes). -----

----- - Retomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse que este não seria o fórum mais correto para discutir as prioridades do Governo Regional, apenas lembra que as escarpas são da Câmara, enquanto o Governo Regional tem

responsabilidades no domínio hídrico. O que defende aqui na Câmara são os munícipes, não o Governo, recordando que a Lei de Meios tem uma verba de “3.5 milhões de euros” para estes fins. A Proposta de Resolução não pode ser indicativa, porque não está fechada. Deve por isso ser sujeita a votação nessa qualidade.-----

----- - O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu que a proposta manifesta uma preocupação relevante, que passa por responsabilidades e competências da Câmara e do Governo Regional, pelo que são matérias a discutir entre estas entidades.-----

--- - Após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU, relativa ao “Lançamento da Derrama no Concelho do Funchal”**: - O

Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, fez a apresentação da Proposta de Resolução, que abaixo se transcreve, lembrando que não é a primeira vez que a derrama é proposta nesta Câmara.-----

---“A Lei das Finanças Locais contempla a possibilidade dos municípios deliberarem no sentido da aplicação anual de uma derrama sobre o lucro tributável e não isento de imposto das pessoas coletivas (IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) até ao limite máximo de 1,5%, e que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português e que exerçam, a título principal, atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, assim como não residentes com estabelecimento estável

nesse território. A mesma legislação preconiza que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, deliberar o lançamento de uma taxa reduzida para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150 mil euros. Assim, face ao exposto, a Câmara Municipal do Funchal, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta: a) Lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC de 2013 para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a € 150.000,00; b) Lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 0,5% para os sujeitos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00”.-----

----- - O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, tomou a palavra para referir que a Proposta é, em primeiro lugar, excessiva porque vai logo ao limite máximo previsto na Lei. Lembrou que em anteriores mandatos sempre recusou esta Derrama, e além disso o Funchal passaria a ser o único concelho da Madeira a ter tal Imposto Municipal, o que poderia levar a mudança de sede do Funchal para qualquer outro concelho.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse que a proposta é extemporânea face ao calendário do orçamento e, que, por princípio qualquer aumento da carga fiscal não merecerá o apoio do seu partido, mas que aguardariam pelo orçamento.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do

PSD, disse que a proposta é extemporânea face ao calendário do orçamento e, que, qualquer aumento da carga fiscal não merecerá o apoio do seu partido.-----

----- - A Senhora Vice-Presidente, Filipa Jardim Fernandes, tomou a palavra dizendo que a proposta antes apresentada era de 0,5 % muito inferior à agora em discussão, apresentada pela CDU. Não somos contra a derrama. A Câmara vai pedir às Finanças dados que lhe permita saber quem seria atingido e em que montantes. Saliou que não se pode apenas pensar nos lucros, porque há pequenas empresas que dão lucro mas têm grandes problemas de tesouraria. Com as empresas descapitalizadas e sem acesso ao crédito só se poderá ir por esse caminho excluindo as empresas mais pequenas. A Câmara terá de fazer primeiro o seu enquadramento.-----

--- - Em função da discussão que antecede, foi a proposta alterada para Proposta de Recomendação, com a concordância do seu proponente.-----

## **6 – CONTRATOS DE CONCESSÃO:**-----

----- - **Atribuição do direito de exploração do quiosque situado no jardim do Almirante Reis – aprovação da minuta do contrato:** - Foi presente e por unanimidade aprovada, a minuta do contrato a celebrar com a Empresa “Lovetradition, Unipessoal, Lda.”, adjudicatária da “Atribuição do direito de exploração do quiosque situado no jardim do Almirante Reis”.-----

----- - **Atribuição do direito de exploração de diversos espaços**

**destinados a atividade comercial nos Mercados Municipais dos Lavradores e da Penteada – adjudicação:** - Foi aprovada,

por unanimidade, a seguinte deliberação:-----

---“Considerando que: O júri do concurso para “Atribuição de direitos de exploração de diversos espaços destinados a atividade comercial nos mercados municipais dos Lavradores e da Penteada” elaborou os relatórios finais de análise das propostas apresentadas para os espaços do mercado municipal dos Lavradores, a concurso; Dos relatórios finais resultaram as seguintes propostas de adjudicação: Loja 7 (Frutaria) – José Jorge Catanho - € 390,00 (trezentos e noventa euros); Loja 16 (Artesanato regional) – Elegante & Catita, Lda. - € 5.089,00 (cinco mil e oitenta e nove euros). A Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 148.º, do Código dos Contratos Públicos, delibera concordar com as propostas do júri e adjudicar os espaços acima referidos, nos termos supra propostos. Mais delibera conceder poderes ao Vereador Gil da Silva Canha, com o Pelouro da Gestão dos Mercados Municipais, para assinatura, em representação da Câmara Municipal do Funchal, dos respetivos contratos”.-----

----- - **Cessão da posição contratual do Bar Temático da Fortaleza do Pico:** - Em presença do pedido de cessão da posição contratual do Bar Temático da Fortaleza do Pico requerido por Roberto de Freitas Teixeira (procº 47234/13), bem como a informação do Departamento de Contratação Pública – Divisão de Concursos (refª 33/D.C.P./2013), a Câmara deliberou, por

unanimidade, de acordo com esta informação, autorizar a referida cessão da posição contratual para a Sociedade a constituir por Fernando Luis de Assis Correia e Bernardo Favila Vieira da Silva Faria.-----

**7 – URBANISMO:**-----

-----**7.1 – Obras Particulares:** - Presente projeto de adaptação e ampliação do prédio localizado à Rua dos Ferreiros, número sessenta, e Travessa do Nascimento, freguesia da Sé, apresentado por Francisco Manuel de Oliveira Costa (procº 37658/13, sub-procº 2008000106), tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos do ponto A da informação do Gabinete do Centro Histórico (refª CH-483/13).-----

----- - Perante o projeto de adaptação e ampliação apresentado pelo Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição (procº 49682/13, sub-procº 2013000322), relativo ao prédio sito à Rua dos Ferreiros, números cento e oitenta e sete e cento e oitenta e nove, freguesia da Sé, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir na condição do ponto A da informação do Gabinete do Centro Histórico (refª CH 484/13), devendo eliminar a varanda voltada à Rua dos Ferreiros.-----

-----**7.2 – Loteamento:** - Em face do pedido de alteração do lote dez do loteamento número setenta e seis/oitenta e três, localizado no Impasse do Pico de São João, freguesia de São Pedro, formulado por Luis Henrique da Silva Gomes Pernetta (procº 36823/13, sub-procº 2011000638), a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir

nos termos da informação do Departamento de Urbanismo (Arqt. Febrer – datada de 13.08.08).-----

---Nesta altura o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, ausentou-se da sala não participando na discussão e votação dos processos que se seguem.-----

## **8 – PESSOAL:**-----

-----**8.1 – Processos de Inquérito:** - Foi deliberado, por unanimidade, arquivar o Processo de Inquérito (nº 03/2013), relativo a uma avaria na caixa de velocidades da viatura Volvo FM-51 (75-EH-57), nos termos propostos no relatório final.-----

----- - Foi deliberado, por unanimidade, arquivar, nos termos propostos no relatório final, o Processo de Inquérito (nº 04/2013) relativo a “suspeitas de falsas declarações do trabalhador Rui Alberto Fernandes Vieira Coelho”.-----

---As deliberações que se seguem (processos disciplinares) foram tomadas por votação nominal nos termos previstos nos números três e quatro do artigo dezasseis do Regimento das Reuniões.-----

-----**8.2 – Processos Disciplinares:** - Em face dos processos disciplinares instaurados aos funcionários abaixo identificados, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos dos relatórios finais, aplicar as penas que para cada um se indica:-----

---(O processo disciplinar nº 09/2013), agendado sob o número 255, foi retirado).-----

--- - Almerindo Alves Pereira, Assistente Operacional (Cantoneiro

de Limpeza) a exercer funções na Divisão de Remoção de Resíduos Sólidos do Departamento de Ambiente (procº 10/2013), por falta de correção: - Aplique-se a pena de repreensão escrita.-----

--- - José Francisco Nóbrega Chícharo, Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais) a exercer funções na Divisão de Gestão de Frota do Departamento Financeiro (procº 11/2013), por falta de correção: - Aplique-se a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por um ano.-----

--- - Duarte Nuno Andrade Pereira, Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza) a exercer funções na Divisão de Remoção de Resíduos do Departamento de Ambiente (procº 12/2013), por falta de correção: - Aplique-se a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por um ano.-----

---(O processo disciplinar nº 13/2013), agendado sob o número 259, foi retirado).-----

--- - Manuel Gonçalves Sousa, Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais) a exercer funções na Divisão de Remoção de Resíduos Sólidos do Departamento de Ambiente (procº 14/2013), por falta de zelo: - Aplique-se a pena de trinta (30) dias de suspensão, suspensa por dois anos.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas e trinta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento de Contratação Pública, na qualidade de

Secretário, a redigi e subscrevo.-----

-----

-----

NOTA: Ata publicitada pelo Edital nº 318/2013, publicada nos locais de estilo